



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo N.º 10865-000.467/90-63

(nms)

Sessão de 07 de janeiro de 1992

ACORDÃO N.º 202-04-757

Recurso n.º 85.757

Recorrente BAIS - COMERCIAL E EXPORTADORA DE CAFÉ LTDA.

Recorrida DRF EM LIMEIRA - SP

PIS/FATURAMENTO - INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL.  
Comprovada a origem e o efetivo ingresso dos recursos, não subsiste a presunção de omissão de receitas.  
Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presente autos de recurso interposto por BAIS - COMERCIAL E EXPORTADORA DE CAFÉ LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro OSCAR LUÍS DE MORAIS.

Sala das Sessões, em 07 de janeiro de 1992

HELVIO ESCÓVEDO BARCELLOS - PRESIDENTE

ANTONIO CARLOS DE MORAES - RELATOR

JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - PROCURADOR-REPRESENTANTE DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM SESSÃO DE 28 FEVEREIRO 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, JOSÉ CABRAL GAROFANO, ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES, JEFERSON RIBEIRO SALAZAR e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo Nº 10865-000.467/90-63

Recurso Nº: 85.757

Acordão Nº: 202-04.757

Recorrente: BAIS - COMERCIAL E EXPORTADORA DE CAFÉ LTDA.

**R E L A T Ó R I O**

Este processo já esteve em Sessão de julgamento nessa Câmara em 13.06.91, quando foi convertido em diligênciia para a juntada do acórdão do Primeiro Conselho de Contribuintes relativo ao processo do IRPJ que lhe deu causa.

Retorna o feito, agora, já com a juntada do Acórdão nº 102-26.410 da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "D. H. Góes".

É o relatório.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 10865-000.467/90-63

Acórdão nº 202-04.757

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO CARLOS DE MORAES**

Discute-se no processo da efetividade da integralização do capital que, no entender da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, restou substancialmente comprovada nos termos do acórdão que se fez juntar por cópia a estes autos.

Neste processo, contudo, discute-se, ainda, questões relativas à exigibilidade da contribuição inquinada de ilegal ou de constitucional. Esta questão entendo restar prejudicada, uma vez demonstrada a inexistência da base de incidência da contribuição como se verifica do voto do relator no acórdão juntado, cujas conclusões igualmente adoto.

Voto, portanto, porque se dê provimento ao recurso reformando-se a decisão recorrida.

Sala das Sessões, em 07 de janeiro de 1992

  
ANTONIO CARLOS DE MORAES